



Editorial

É com muita satisfação que finalizamos com este número 4 o volume 10 dos Cadernos de Gênero e Diversidade, celebrando seus 10 anos de existência e garantindo a continuidade desta publicação de referência no campo dos estudos de gênero e sexualidade no Brasil.

Ao assumirmos, enquanto REDE NIGS, a coordenação editorial dos Cadernos em junho de 2024, tínhamos um saldo de aproximadamente 160 artigos aguardando avaliação. Para acelerar o processo de avaliação deste vasto material editorial constituímos várias equipes de trabalho, que ficaram responsáveis por diferentes temas agrupadores dos artigos que tínhamos em lista de espera. Foi graças ao trabalho em paralelo, ao longo de 9 meses, destas equipes editoriais que conseguimos fechar em um curto espaço de tempo a avaliação do imenso volume de artigos que aguardavam uma resposta. Parte deste trabalho coletivo foi publicado nos números 2, 3 e 4 do volume 10. Outra parte será publicada nos primeiros números do volume 11 - 2025.

Seguimos à risca o compromisso com a qualidade desta publicação, envolvendo ao longo dos últimos meses, além das equipes editoriais que avaliaram blocos temáticos de mais de 10 artigos, dezenas de dedicadas colegas que deram pareceres, comentaram os artigos, revisaram textos, fizeram sugestões qualificadas para melhoria dos manuscritos e se engajaram coletivamente no projeto de manter vivos os Cadernos de Gênero e Diversidade. Somos muito gratas a estas pesquisadoras e pesquisadores que colaboraram gratuitamente, criando espaço em suas atribuladas agendas, para contribuir com autoras e autores que têm confiado os resultados de suas pesquisas ao nosso periódico. Agradecemos com muito carinho estas e estes colegas, cujos nomes constam do final deste número.

A frente deste processo editorial, nos acostumamos a diferentes formas de comunicação com nossas autoras e nossos autores. Alguns têm sido extremamente gentis e compreensivos sobre o volume de trabalho que a equipe editorial tem tido; outros se mostram ansiosos pela rápida publicação de seus textos; muitos parecem desconhecer a complexidade



dos trâmites editoriais e, sobretudo o volume de horas e de trabalho voluntário que permite que uma revista acadêmica exista no Brasil. Ficamos felizes quando recebemos parabéns e agradecimentos, pois alegra nosso coração o reconhecimento do dom que esta grande equipe, em grande parte anônima, tem dado ao campo dos estudos de gênero e sexualidade, através da leitura atenta e comentários construtivos para o melhor desenvolvimento das pesquisas, muitas delas de jovens estudantes de graduação, mestrado e doutorado.

Muitas têm sido as consultas sobre quando reabriremos o sistema de submissões e é com alegria que informamos que voltaremos a aceitar novos artigos para avaliação a partir de maio de 2025, já com novas regras editoriais.

Este número 4, que encerra o volume 10, de 2024, tem 6 seções.

A primeira seção, de **artigos**, traz 5 artigos que abordam diferentes temas ligados a teoria feminista, gênero e sexualidade.

No primeiro artigo, intitulado “Entre redistribuição e reconhecimento: Considerações sobre a justiça de gênero a partir de Nancy Fraser”, Ana Lúcia Feliciano traz relevante contribuição para a teoria feminista problematizando os conceitos de *redistribuição* e *reconhecimento*, cunhados pela teórica norte-americana, para compreender as motivações políticas e subjetivas nas lutas ativistas de diferentes movimentos sociais em busca de justiça.

No segundo, Guilherme Faquim Simão e Thiago Henrique Barnabé Correa se debruçam sobre as violências e discriminações que sofrem pessoas LGBTQIA+ no cotidiano. O artigo “Necropedagogia da crueldade e a diversidade sexual/de gênero: merecem corpos abjetos serem narrados?” contribui, a partir do diálogo com Rita Segatto, Giorgio Agamben, Achille Mbembe e Judith Butler, de forma significativa para o reconhecimento deste importante segmento da população, cada vez mais presente e atuante no espaço público brasileiro.

No terceiro, Vitória Laís Santos Silva e Raquel Meister Ko Freitag abordam uma questão mais abrangente ligada à sexualidade que é a



linguagem popular sobre órgãos genitais. O artigo “Representações sociais e perfis de gênero nas nomeações de genitais no dicionário InFormal” traz um levantamento do vocabulário informal utilizado no português do Brasil para falar da genitália feminina e masculina, nos mostrando a riqueza e diversidade linguística popular brasileira em relação à sexualidade.

O quarto artigo, “O conhecimento sobre HIV/Aids: o que pensam os jovens?”, escrito pelo coletivo da Universidade de Maringá composto por Beatriz Sousa Fonseca, Camila Morais Garollo Piran, Bianca Machado Cruz Shibukawa, Claudiana Ribeiro da Silva Araújo, Marcela Demitto Furtado, Ieda Harumi Higarashi e Maria de Fátima Garcia Lopes Merino traz resultados de pesquisa qualitativa realizada com jovens de duas diferentes faixas etárias sobre a problemática, sempre atual do HIV/AIDS, na qual constata-se que trata-se ainda de tema tabu e cercado de desconhecimento pelos participantes da pesquisa.

O quinto artigo, de Stéfanny de Souza Santos Ferreira, Daniela Castro dos Reis, Leonardo Petrilli, Josilene Mendes e Camille Bastos “A percepção feminina sobre as oficinas mecânicas no interior da Amazônia” oferece uma análise relevante e bem conduzida sobre como mulheres avaliam oficinas autorizadas e independentes na região contribuindo para uma análise do consumo das mulheres. A pesquisa quantitativa, estruturada em três dimensões — Exposição, Atenção e Interpretação — revela que, embora ambas ofereçam suporte adequado, as oficinas autorizadas se destacam positivamente, especialmente no atendimento pós-venda.

A segunda seção deste número, traz o **dossiê Masculinidades Contemporâneas**, organizado por Juliana Cavilha, com três artigos com uma abordagem do tema muito atual, particularmente pelo foco na questão da masculinidade negra, abordado em dois deles.

O artigo “Entre medo, fuga e destino: Figurações de masculinidades afro-estadunidenses no romance *Native Son*”, de Douglas Pereira Diniz, analisa com profundidade o romance de Richard Wright, focando na representação das masculinidades negras e suas tensões com o racismo estrutural. A obra dialoga com Frantz Fanon e questiona estereótipos



impostos ao homem negro. Também traz uma crítica à tradução brasileira de 1941, apontando limitações quanto à fidelidade ao espírito antirracista da obra.

Em “Ampliando a noção de gênero: contribuições do feminismo negro para os estudos das masculinidades negras”, Claudio Patricio aborda os estudos sobre masculinidades, a partir da perspectiva interseccional dos feminismos negros. O texto oferece uma contribuição teórica valiosa ao ampliar a compreensão de gênero para além da experiência feminina, incorporando as vivências complexas dos homens negros. A partir de referenciais como bell hooks, o texto evidencia a importância do diálogo interseccional entre feminismo negro e estudos das masculinidades, sem sobrepor vozes, mas promovendo escuta, autoconhecimento e autodeterminação. O autor destaca como mudanças sociais vêm impulsionando reconfigurações identitárias entre homens negros, desafiando tanto o racismo estrutural quanto a manutenção de privilégios. Ao propor uma abordagem crítica, inclusiva e transformadora, o artigo reafirma o papel central do feminismo negro como chave analítica nos estudos de gênero contemporâneos.

Já em “Masculinidades: A universal, a relacional e a plural”, Perycles Emmanoel Gomes de Macedo e Marcelo Miranda oferecem uma análise instigante e bem fundamentada da produção acadêmica recente sobre masculinidades, com foco no período de 2017 a 2022. A partir da organização analítica proposta por Berenice Bento, os autores evidenciam o predomínio da abordagem relacional, destacando a influência de Raewyn Connell e a incorporação crescente das teorias queer. Com olhar crítico, o texto problematiza resistências às novas leituras e propõe uma reflexão necessária sobre identidades masculinas em chave dinâmica, inclusiva e política. Trata-se de uma contribuição relevante para os estudos de gênero contemporâneos, ao ampliar o debate sobre o que significa ser homem na atualidade.

A terceira seção deste número traz uma **entrevista** com Lina Berio, antropóloga colombiana, que atua na Universidade de Oaxaca no México e que compartilha, com estudantes de antropologia da UFSC, sua trajetória acadêmica e ensinamentos de pesquisa feminista.



Na quarta seção temos a **seção temática intitulada Família e Neoconservadorismos**, organizada por Miriam Grossi e Janaína Freitas. Nela publicamos artigos que problematizam o lugar central ocupado pela categoria *família* no campo dos (neo)conservadorismos contemporâneos.

Nos últimos anos, a categoria de “família” — no singular, enquanto modelo normativo-prescritivo de organização social — tem sido mobilizada com vigor nos discursos, campanhas e programas políticos de matriz (neo)conservadora. Evocada por atores desse campo como “antídoto” aos avanços dos direitos de gênero e sexualidade quanto aos efeitos precarizantes da neoliberalização da vida, trata-se de um conceito central para compreender os avanços dos neoconservadorismos na atualidade. Nesse contexto, a categoria atua como cola ideológica, agregando novas coalizões políticas transnacionais — como exemplifica a Cúpula de Budapeste e o Consenso de Genebra. Seus efeitos, por fim, se cristalizam em diversos contextos nacionais, por meio da formulação de políticas de Estado. Interrogando as modalidades de articulação dessa retórica familista no campo político (neo)conservador — e os seus efeitos corretivos, invisibilizadores e violadores — os artigos reunidos nesta seção traçam os contornos assumidos por essa categoria no contexto brasileiro. Ao fazê-lo, revelam os desafios (urgentes) que os (ab)usos dessa noção de “família” impõem àquelas comprometidas tanto com as multiplicidades de formas de família e parentesco quanto com o futuro da democracia.

Com esse espírito, o primeiro artigo, ““Vínculos familiares”: impacto da gestão Bolsonaro-Damare nas políticas científicas”, da antropóloga Janaina Freitas, lança uma análise etnográfica de documentos oficiais, editais e lives, sobre a operacionalização da categoria de *vínculos familiares* nas políticas científicas durante a gestão Damare-Bolsonaro, analisando os controversos editais « Família e Políticas Públicas no Brasil » lançados em 2021 e 2022 através de uma parceria entre a CAPES e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).

O segundo artigo, “Estado laico e direitos humanos fundamentais: uma análise da relatoria do PL 580 2007 e de suas palavras que sangram” de



Elvis Gomes Marques Filho e Railan Alves, investiga os discursos de atores políticos conservadores no que tange aos direitos sexuais de casais homoafetivos, ao analisar a atuação do deputado federal e pastor Francisco Eurico da Silva como relator do Projeto de Lei nº 580/2007, ocasião em que se posicionou contra o reconhecimento e a regulamentação das uniões civis entre pessoas do mesmo sexo.

Na sequência, Ruan Didier Bruzaca, Bárbara Cristina Silva Pereira e José Renan Nunes de Oliveira e Silva em “Direitos humanos, gênero e ultraconservadorismo: Uma análise sobre o Governo Bolsonaro (2019-2022)” propõem uma análise, fundamentada no materialismo histórico-dialético, do “giro conservador” promovido durante o governo Bolsonaro. O estudo examina como essa reorientação conservadora alterou a perspectiva estatal sobre os direitos humanos, ao articular, em escala transnacional, uma agenda simultaneamente ultraliberal e ultraconservadora.

Gabrielle Marques no artigo “Em nome da família: Análise do discurso de Damares Alves sobre a crise familiar”, realiza uma análise crítica dos pronunciamentos da ex-ministra Damares, emitidos no Conselho de Direitos Humanos da ONU e na III Cúpula Demográfica de Budapeste durante seu mandato à frente do MMFDH. A autora mapeia as especificidades do uso que a então ministra fez da categoria *família* nesses dois contextos e mostra como o conceito de « crise familiar» é central nos discursos neo-conservadores da extrema direita sobre a sociedade atual.

Na sequência, o artigo de João Lázaro Machado de Assis Matos, Cícilia Araújo Nunes e Gustavo Henrique Velasco Boyadjian, intitulado “Além de “homem e mulher”: poliamor, uniões estáveis poliafetivas e preceitos constitucionais” aborda os desafios jurídicos e sociais que as relações poliamorosas impõem ao modelo tradicional de família no Brasil. Os/a autores/a demonstram como esse modelo jurídico tende a invisibilizar formas de conjugalidade que escapam à lógica monogâmica, restringindo o acesso a direitos civis a estas pessoas.

Encerrando a seção temática, temos o ensaio “Transformações no conceito de família e suas implicações sociais” de Diego Vinícius dos



Santos e Geiza Venícia dos Santos. Ao fazer uma análise crítica do conceito “tradicional” de família à luz do reconhecimento da pluralidade de arranjos familiares que compõem a sociedade brasileira, o ensaio se mostra como um contraponto aos outros artigos, mostrando que apesar da virada neo-conservadora que se viveu no Governo Bolsonaro, continuamos a observar uma grande transformação social no que diz respeito às representações do conceito de *família* no Brasil.

Este número traz, por fim, duas **resenhas**, em seção editada por Izabela Liz Schlindwein que dialogam com os temas dos artigos deste número.

A primeira, assinada por Juliana Albuquerque Sulz e Frederico Assis Cardoso, é sobre o livro “A Crise da Masculinidade – Anatomia de um Mito Persistente”, do cientista político canadense Francis Dupuis-Déri. A e o autor contam como o livro desconstrói o senso comum de que os homens estariam em crise devido às conquistas feministas. Analisa como este discurso é mais uma tentativa, nem sempre bem-sucedida, de preservar a dominação masculina na sociedade contemporânea.

A segunda resenha, escrita por Christiane Dos Santos Luciano e Miriam Grossi, aborda um tema caro aos estudos feministas sobre poder e liderança das mulheres. Na leitura do livro "Chinese Women in Leadership", editado por Jie Ke e Gary N. McLean, elas mergulham nas complexidades da liderança feminina na China, mostrando como as autoras se percebem enquanto lideranças em uma sociedade que combina tradições, controle estatal e crescimento econômico.

No final deste número encontra-se a listagem das e dos pareceristas que contribuíram na avaliação dos artigos que compuseram os 4 números do volume 10 de 2024.

Miriam Pillar Grossi - Coordenação editorial – REDE NIGS

Izabela Liz Schlindwein

Janaína Freitas

Juliana Cavilha

Priscila Gusmão

Editoras do volume 10, número 4.2024.